

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM: PERCEPÇÃO DO DISCENTE

Janaína Paula Calheiros Pereira Sobral¹

Célia Alves Rozendo²

Raiane Jordan da Silva Araújo³

Marcela Araújo Galdino Caldas⁴

RESUMO

Introdução: Com as novas diretrizes curriculares dos cursos de graduação em saúde e particularmente de enfermagem, houve a observância do ensino inclusivo especialmente no que tange a abordagem de conteúdos teóricos e práticos, a exemplo da língua brasileira de sinais. **Objetivo:** Analisar a percepção do discente de enfermagem acerca da educação inclusiva na graduação. **Metodologia:** Estudo descritivo, com abordagem qualitativa, realizado com 14 discentes de enfermagem de uma instituição de ensino superior pública, porém foi considerado os depoimentos de um discente, por ter sido o único a discorrer acerca da temática. A produção das informações ocorreu mediante entrevista semiestruturada em outubro de 2017, com auxílio de um roteiro com dados de caracterização e questões disparadoras. O depoimento foi analisado por meio da técnica análise de conteúdo na modalidade análise temática, sendo ancorado nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação em saúde e em enfermagem e na literatura pertinente. Entre os subtemas que emergiram na análise, um foi escolhido: fragmentação e lacunas no processo ensino-aprendizagem. **Resultados:** Evidenciou-se que o discente apresentou uma percepção diferenciada, na qual refletiu criticamente acerca da importância da língua brasileira de sinais na graduação em enfermagem, bem como na futura atuação profissional, demonstrando a necessidade de refletir sobre a (re) adequação do currículo do curso para que seja ofertada uma disciplina que aborde a referida temática. **Considerações Finais:** Notou-se a importância e necessidade do ensino da língua brasileira de sinais no curso de graduação em enfermagem para proporcionar uma assistência inclusiva, integral e humanizada.

Palavras-chave: Inclusão Educacional, Capacitação de Recursos Humanos em Saúde, Língua de Sinais, Educação em Enfermagem, Currículo.

INTRODUÇÃO

No Brasil, um dos documentos que norteia o ensino é o Plano Nacional de Educação (PNE), sendo o atual publicado no ano de 2014 com vigência de 10 anos, ou seja, até o ano de 2024. O PNE traça diretrizes, metas e estratégias com o objetivo de gerar esforços e investimentos para melhorar a qualidade da educação brasileira (BRASIL, 2014).

O artigo é um recorte da Dissertação de Mestrado da primeira autora, que foi bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

¹Mestra em Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas- UFAL, nainacalheiros2@gmail.com;

²Doutora em Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas- UFAL, celia.rozendo@gmail.com;

³Mestranda em Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas- UFAL, raianejsa@hotmail.com;

⁴Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Alagoas –IFAL, marcelaagcaldas@gmail.com.

Em seu Artigo 2, o PNE explicita suas diretrizes, destacando-se, devido a temática escolhida para abordagem neste estudo, “a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação e a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental”. Uma estratégia importante apontada pelo documento é a garantia do “atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades” (BRASIL, 2014, p. 1 et seq.).

Direcionando para a área da saúde, é importante considerar a necessidade contínua de consolidar o Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil e, por isso, é pertinente destacar que um dos desafios que se apresenta é a transformação dos modelos de atenção, que se refere às formas de fazer a gestão e o cuidado. Para isso, considera-se como elemento essencial a modificação da formação profissional na área da saúde (LIMA et al., 2015).

Neste aspecto, destacam-se as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), pois trazem subsídios para padronizar e orientar a elaboração de currículos e Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) pelas Instituições de Ensino Superior (IES) no país. A primeira Resolução que divulgou as DCN para o Curso de Graduação em Enfermagem (DCN/ENF) foi a nº 03 de 7 de novembro de 2001, que descreve qual o perfil necessário que o egresso deve ter. Este perfil é de um profissional generalista, que possua olhar crítico e reflexivo, com capacidade de assistir as pessoas de forma integral e humanizada, de acordo com as necessidades sociais de saúde (BRASIL, 2001).

Cabe salientar que a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 573, de 31 de janeiro de 2018, aprovou o Parecer Técnico nº 28/2018, contendo recomendações acerca da proposta das novas DCN/ENF. Este documento explicita que as novas DCN/ENF devem considerar a importância da formação de enfermeiros pautada nas necessidades individuais e coletivas da população, observando as diversidades/pluralidades de cada pessoa, grupo e coletividade, com enfoque nas singularidades (BRASIL, 2018).

Dos conteúdos curriculares que devem ser abordados durante a formação do enfermeiro o processo de cuidar em Enfermagem é um deles, no qual devem ser contemplados conteúdos teóricos, teórico-práticos e práticos de forma individual e coletiva, sendo direcionados a grupos diversos, desde recém-nascidos à pessoa idosa e de grupos populacionais socialmente diversos, incluindo a pessoa com deficiência (BRASIL, 2018).

Nesta direção, enfatiza-se a recomendação da inserção de Temas transversais no currículo, que contemplem conteúdos sobre o cuidado inclusivo, com o ensino da Língua

Brasileira de Sinais (Libras), entre outras temáticas que envolvam populações com necessidades específicas (BRASIL, 2018).

A inserção dessas temáticas proporcionam a integralidade e humanização no cuidado, além de ser um avanço importante e necessário no processo de formação de recursos humanos para a área da saúde, particularmente para a enfermagem, visto que o Decreto de Lei nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, garantiu o direito à saúde para as pessoas Surdas ou com deficiência auditiva. Assim, a partir de 2006, a recomendação é que estas pessoas devem ter acesso/atendimento diferenciado na rede de serviços do SUS e que este seja fornecido por profissionais qualificados para utilizar a Libras ou traduzí-la e interpretá-la (BRASIL, 2005).

Estudos demonstram que há uma fragilidade na formação de professores para a educação inclusiva, o que evidencia uma vulnerabilidade na realidade social, expondo a pessoa com deficiência a desigualdade e marginalização desde a educação básica até a sua inserção no mundo do trabalho, na fase adulta (AMORIM; MEDEIROS NETA; GUIMARÃES 2016). Acrescenta-se a isso, o acesso aos serviços de saúde, que muitas vezes têm profissionais sem o saber e a capacitação necessários para atender as demandas desta população diferenciada (ARAGÃO et al., 2015).

Neste contexto, a universidade, como produtora de conhecimento e de mudança da sociedade, desempenha um importante papel para a superação destas disparidades, podendo gerar inovação dos saberes e das práticas educacionais, criando um elo entre a teoria e prática, por meio da integração ensino-serviço-comunidade (AMORIM; MEDEIROS NETA; GUIMARÃES 2016).

Estudos apontam que é substancial o conhecimento da Libras pelos profissionais de saúde, pois quando não conhecem esta língua, ocorre uma falha comunicacional com a pessoa surda, comprometendo o vínculo e o cuidado integral e equânime (ARAGÃO et al., 2015; DANTAS et al., 2014). Assim, sendo a comunicação um meio de expressão social e de relação com o outro, seja a forma não verbal e/ou verbal, torna-se crucial pensar a inclusão do ensino da Libras desde a educação básica até o ensino superior, tendo em vista o atendimento das multi necessidades das pessoas e coletividades e considerando, ainda, as suas singularidades.

Tal fato demonstra a importância do ensino da Libras no Curso de Graduação em Enfermagem, sendo por meio da comunicação que o enfermeiro e a equipe de enfermagem serão capazes de entender as reais demandas da população surda, que possui particularidades, assistindo-a de forma holística e ofertando um atendimento qualificado (DANTAS et al., 2014). Isso evidencia que, para que se contemple todas as demandas desta população, faz-se necessário compreender o que expressam por meio dos sinais e para isso, os currículos dos Cursos de

Graduação em Saúde, enfatizando os de enfermagem, devem seguir ao recomendado nas novas DCN.

Abordar esta temática é de grande relevância social, pois pode fundamentar a elaboração ou a (re) adequação de currículos para que promovam a prática educacional inclusiva nos Cursos de Graduação em Enfermagem. Traz contribuição com a reflexão sobre a situação dos currículos dos cursos de graduação de todas as áreas, principalmente de enfermagem e, ainda, com o estímulo às novas pesquisas sobre a educação inclusiva no ensino superior de enfermagem e dos mais diversos cursos.

Diante do exposto, o presente estudo buscou responder a seguinte questão norteadora: Qual a percepção do discente do curso de graduação em enfermagem acerca da educação inclusiva durante a sua formação? Na busca de tentar responder a esse questionamento, objetivou-se analisar a percepção do discente de enfermagem acerca da educação inclusiva na graduação.

METODOLOGIA

Estudo do tipo descritivo com abordagem qualitativa, realizado em um Curso de Graduação em Enfermagem de uma universidade pública de uma capital nordestina do Brasil.

O estudo é proveniente da dissertação de mestrado intitulada “Formação para atuar na atenção básica: percepção de discentes de enfermagem” (SOBRAL, 2018). Na referida dissertação, ao total, participaram 14 discentes de enfermagem, os quais, em sua totalidade, preencheram aos critérios de inclusão: discentes de ambos os sexos matriculados no 10º período e que estivessem realizando Estágio Curricular Supervisionado (ECS) na Atenção Básica (AB).

Considerando esta totalidade e para a construção do presente estudo, foram utilizados os depoimentos de um discente, pois foi o único da sua turma que fez ponderações relevantes sobre a educação inclusiva no Curso de Graduação em Enfermagem, prioritariamente com relação a Libras. Ressalta-se que por se tratar de uma pesquisa qualitativa, não houve preocupação em abordar os depoimentos de um único participante, pois foi considerada a sua representatividade, subjetividade, compreensão e explicação sobre o objeto estudado (MINAYO, 2014). Assim, a “amostra ideal é aquela capaz de refletir a totalidade em suas múltiplas dimensões” (MINAYO, 2004, p.102).

O currículo do curso é ordenado por disciplinas, dividindo-se em ciclo básico e profissionalizante, sendo o ano letivo composto por dois períodos. A duração total do curso é de cinco anos, tendo carga horária total de 4.680 horas, sendo 3.420 destinadas para o conteúdo

teórico (disciplinas obrigatórias). Os últimos dois períodos do curso é reservado para o ECS, que possui carga horária de 1.000 horas, das quais 500 horas são direcionadas para o nível hospitalar e as outras 500 horas para a AB, em Unidades Básicas de Saúde (UBS) com o modelo de Estratégia Saúde da Família (ESF) implantado; e para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com carga horária de 40 horas. Para as disciplinas eletivas é requerida uma carga horária de 220 horas, não sendo observado no ordenamento curricular disciplina que aborde a Libras (UFAL, 2007).

A aproximação com o campo de pesquisa se deu por meio do coordenador do curso de graduação em enfermagem para solicitar a autorização da realização do estudo. Quando autorizado, pelo curso e pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), solicitou-se a relação nominal e contatos telefônicos/eletrônicos dos discentes a fim de convidá-los para participar da pesquisa.

Todas as informações sobre o estudo foram fornecidas e foram entregues duas vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foram devidamente assinadas.

Para a produção de informações foi realizada entrevista semiestruturada, que ocorreu no local de estudo do participante, sendo guiada por um roteiro contendo duas partes, a primeira com dados de caracterização dos participantes (sexo, idade, situação conjugal, vínculo de emprego e formação anterior) e a segunda com questões disparadoras. A entrevista foi realizada com o auxílio de um *Smartphone* com o gravador de áudio, em outubro de 2017, sendo transcrita na íntegra após a sua finalização.

Analisou-se as informações obtidas por meio da técnica Análise de Conteúdo na modalidade Análise Temática. Nesta técnica, o pesquisador procura desvelar os núcleos de sentido de uma conversação, a fim de dar significado ao objeto pesquisado, sendo classificada em três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material; e 3) tratamento dos resultados obtidos e interpretação (MINAYO, 2014).

Com a análise das informações obtidas por meio das entrevistas, foram produzidos três (3) temas e oito (8) subtemas, escolhendo-se para exploração o subtema apresentado neste artigo: Fragmentação e lacunas no processo ensino-aprendizagem, o qual apresenta, dentre os depoimentos dos estudantes, os depoimentos do discente acerca da educação inclusiva em seu curso de graduação.

Como forma de manter o anonimato do participante, foi estabelecida sua representação pela letra “D” maiúscula, de discente, associada à números conforme a ordem que participou do estudo, sendo, portanto, nomeado de D9.

A análise e a discussão dos resultados foram ancoradas nas DCN dos Cursos de Graduação em Saúde e de Enfermagem e ainda na literatura pertinente.

O estudo buscou atender aos princípios éticos da Resolução 466/2012 (BRASIL, 2012), e teve aprovação do CEP com Seres Humanos em 2017, sob nº de Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE): 65674517.5.0000.5013.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O participante selecionado para a construção do presente estudo era do sexo feminino, possuía 25 anos, solteiro, não possuía emprego e formação anterior.

Durante a realização da entrevista, vários questionamentos foram postos sobre o tema principal do estudo maior, a participante respondendo a todos, indagou se poderia fazer pontuações sobre o ensino da Libras, já que esta temática não tinha sido contemplada inicialmente no estudo. Tal acontecimento chamou a atenção da pesquisadora, considerando que a estudante foi a única, de uma turma inteira, a expressar sua preocupação quanto ao ensino da Libras. Diante disso, oportunizou-se o diálogo, resultando nos depoimentos apresentados neste tópico.

A discente abordou acerca da não oferta da disciplina de Libras durante a graduação:

[...] um dos déficits da graduação e que eu senti falta, foi a disciplina de Libras, que eu acho muito importante e deveria ser uma matéria obrigatória desde a escola e já que não é, infelizmente, que fosse pelo menos na universidade [...]. (D9)

[...] eu senti muita falta da Libras na graduação, é uma das coisas que eu sinto mais a falta, de estar concluindo e não ter tido a disciplina de Libras [...] então eu acho que é um dos déficits da graduação. (D9)

A disciplina de Libras é enfatizada, como um importante componente do currículo, sendo constatado quando a discente expressa a ausência da disciplina em sua graduação, ponderando que deveria ser obrigatória desde o ensino básico até a universidade.

Uma investigação realizada com equipes multiprofissionais atuantes em UBS, identificou um déficit de conhecimento para prestar assistência a pessoas com surdez severa. No estudo, os profissionais alegaram que não obtiveram, durante a graduação, preparo adequado para diagnosticar problemas de saúde e interagir apropriadamente com essas pessoas (GIL DE FRANÇA, et al., 2016). Este estudo corrobora com a fala da participante pois demonstra, com a prática profissional, a necessidade do ensino de Libras durante a graduação.

Isto faz refletir que, independente do cenário que o enfermeiro irá atuar, seja em UBS, Hospitais, na área assistencial, de ensino, pesquisa ou gestão, o conhecimento da Libras pode contribuir com o processo de trabalho e com a melhor compreensão das necessidades

apresentadas pela população surda, permitindo que se expresse, transmita por meio da sua própria linguagem (os sinais) o que sente e o que precisa para que receba um atendimento integral.

A inserção da disciplina de Libras no curso de enfermagem é uma realidade próxima, tendo em vista que as novas DCN dos Cursos de Graduação em Saúde e em Enfermagem recomendam a sua inclusão nos currículos, por meio dos conteúdos transversais que possibilitam garantir uma formação com vistas a atender um dos princípios do SUS, a integralidade, e ainda a contemplar a interdisciplinaridade e interprofissionalidade, valorizando as relações interpessoais (BRASIL, 2017; BRASIL, 2018). Vale salientar que esta inclusão pode contribuir não apenas para a atuação do futuro profissional, como também com o relacionamento entre os estudantes, caso algum apresente deficiência auditiva.

Ademais, a depoente enfatiza sobre a divulgação da oferta da disciplina de Libras como eletiva, porém a não concretização desta:

[...] tinha uma eletiva de Libras, mas que na prática não abriu [...]. (D9)

O apontamento demonstra que apesar do PPC do curso em questão não apresentar, em sua estrutura, a disciplina de Libras, ela apareceu no elenco de eletivas, porém, ao que parece, sua oferta não ocorre de forma regular e pode depender da disponibilidade de um docente vinculado a outra unidade acadêmica, ou seja, o curso pode não ter em seu quadro de professores um profissional que tenha expertise em Libras, comprometendo a oferta regular desta disciplina.

Salienta-se que as primeiras DCN/ENF não explicitavam especificamente esta disciplina, porém orientavam que os PPC fossem construídos com o intuito de formar profissionais para o exercício das competências e habilidades gerais, destacando-se, nesse caso, a comunicação. Além disso, recomendavam que o curso deveria garantir que esta formação atendesse às necessidades sociais da saúde (BRASIL, 2001).

Considerando as novas recomendações das DCN para os Cursos de Graduação em Saúde, os PPC devem ser construídos com vistas a contemplar a formação de um profissional com capacidade de prestar um atendimento integral, por meio do trabalho em equipe, de modo colaborativo, interdisciplinar e interprofissional, considerando a intersetorialidade. A intenção é provocar uma transformação na formação dos profissionais de saúde para implicar em mudanças nos modos de produzir o cuidado (BRASIL, 2017).

Existe, ainda, uma ênfase quanto a inserção/abordagem de “temas transversais no currículo que envolvam conhecimentos, vivências e reflexões sistematizadas acerca dos direitos humanos e de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida”, citando a Libras como uma das formas de inclusão social (BRASIL, 2017, p.18).

Em revisão integrativa da literatura, realizada por Ferro, Santos e Campos (2018), identificou-se que as dificuldades dos profissionais de saúde, no atendimento a pessoa surda, foram referentes a compressão dos sintomas e anseios. Ressaltaram que os profissionais se sentem despreparados para prestar assistência a pessoa surda e com isso os autores fazem uma sugestão de que o ensino da Libras esteja presente como obrigatório no currículo.

A inserção da disciplina de Libras como obrigatória pode sanar a dificuldade do referido curso quanto a dependência da disponibilidade de um professor de outra unidade acadêmica, uma vez que pode investir na contratação de um professor que esteja disponível para a oferta regular da disciplina.

A discente expressa o seu desejo quanto a realização, durante a sua graduação, da disciplina de Libras:

[...] eu sempre quis fazer a disciplina de Libras, porque eu acho que é algo extremamente importante para qualquer pessoa, não só da nossa área [...] mas principalmente para a gente, que tanto fala que seja aquele cuidado, aquela humanização, assistência integral a qualquer pessoa, e na prática a gente está segregando [...] não é dada a língua de sinais para a gente poder atuar de uma melhor forma e para todos[...] então eu acho que estamos fazendo essa separação [...]. (D9)

A fala enfatiza sobre a segregação que pode está ocorrendo com a não oferta da disciplina de Libras durante a graduação, ponderando, ainda, que na área de enfermagem muito se fala em cuidado humanizado e integral às pessoas, mas que na realidade acontece uma separação entre cuidar das pessoas e da pessoa surda, especificamente.

Em estudo realizado com estudantes de cursos da área da saúde, incluindo de enfermagem, foi identificado que a maioria dos estudantes manifestaram interesse de estudar a Libras durante a graduação e todos os participantes consideraram importante o seu ensino. Constatou-se, ainda, que a maioria dos estudantes sinalizaram que todos os Cursos de Graduação em Saúde deveriam ter a disciplina de Libras como componente curricular obrigatório (RAMOS; ALMEIDA, 2017).

Brito e Lavareda (2015), enfatizam que na formação em enfermagem e em outras áreas da saúde permeia um conceito que envolve a humanização da assistência, porém ainda é

possível notar a necessidade de uma melhor preparação durante a graduação, pois trata de uma etapa de aprendizado e treinamento para a atuação no mundo do trabalho.

Assim, capacitar os profissionais em Libras é imprescindível para possibilitar a inclusão/acesso das pessoas surdas nos estabelecimentos de saúde. Tal ação poderá proporcionar diversos ganhos para os profissionais, em termo de ampliação dos conhecimentos, para a população surda e família, bem como para a melhoria dos indicadores de saúde, podendo ainda reduzir a segregação que afeta a relação social e cultural dentro dos serviços de saúde (BRITO; LAVAREDA, 2015).

A principal barreira encontrada pela pessoa surda nos serviços de saúde com a equipe multiprofissional é a comunicacional. Segundo Oliveira, Lopes e Pinto (2009), como os surdos não conseguem utilizar a linguagem verbal, por vezes ficam ou se sentem separados ou isolados, ou muitas vezes incompreendidos por parte dos profissionais, o que pode prejudicar o conhecimento de seus problemas de saúde, culminando na fragilidade da assistência e no adiamento do correto tratamento para uma determinada doença ou agravamento.

Houve, ainda, o relato de uma situação pontual vivenciada pela participante e a necessidade de comunicação com uma pessoa surda:

Eu percebi isso no PIBIC, fazendo a coleta de dados no PIBIC, no hospital, na maternidade [...] Tinha lá uma das mães, que a gente precisava fazer a coleta de dados com o bebê dela e a mãe não falava e eu percebi que estava uma agonia dos funcionários por não saber conversar com ela. Como eu tinha feito um curso bem básico na igreja, eu tinha pouca noção [...], foi quando eu percebi que a enfermeira estava angustiada sem saber como iria falar e ninguém sabia como falar com aquela mãe [...] então me ofereci para ver aquela mãe necessitava, era uma coisa mínima, mas que ela achava importante, que fazia toda a diferença no cuidado dela e as pessoas não sabiam Libras [...]. (D9)

[...] eu vi na prática como seria importante se todos soubessem, se na formação daquela enfermeira, do técnico, do médico, detodos, tivesse esse aprendizado [...]. (D9)

Segundo o relato da participante, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) oportunizou a experiência de lidar com uma situação específica, na qual pôde auxiliar por ter um conhecimento prévio, ainda que mínimo, da Libras. A discente, por meio desta vivência reconheceu a importância do ensino da Libras para equipe multiprofissional no atendimento a população surda.

O PIBIC tem como foco principal promover a Iniciação Científica (IC) aos estudantes, por meio da concessão de bolsas, servindo de estímulo para iniciar pesquisas em quaisquer áreas de conhecimento. Os estudantes são inseridos em projetos de pesquisa que tenham qualidade acadêmica e devem ser orientados por um pesquisador que tenha qualificação (CNPq,

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

2019). Com isso, a inserção dos discentes nos campos de prática, sendo oportunizado por meio de programas como este, permite conhecer as multi realidades, refletir, intervir e aprender com elas.

É importante considerar que a percepção da necessidade de aprendizagem da Libras foi desencadeada pela realidade, ou seja, pela oportunidade de vivenciar a situação na prática, ocorrendo com isso uma aprendizagem significativa, o que corrobora com a importância de programas como o PIBIC para o desenvolvimento crítico e reflexivo do estudante.

Com isso, Soares e Severino (2018) assinalam que a aprendizagem significativa ocorre quando o estudante desenvolve o significado do conhecimento e para isso, ele necessita ser motivado a participar de forma ativa, durante as suas atividades de aprendizagem, da construção e reestruturação do seu novo conhecimento. Assim, Moreira (2003) destaca que aprendizagem é significativa quando o saber adquirido previamente serve como suporte para a construção do novo conhecimento, sendo capaz de elucidar os acontecimentos com as suas próprias palavras, compreendê-los e buscar a resolução das dificuldades encontradas.

O relato da vivência da estudante corrobora com a discussão sobre a necessária e importante curricularização da extensão nos cursos da área da saúde, de modo a possibilitar que as atividades de extensão, antes postas como não curriculares ou eletivas/optativas, agora sejam inseridas como um componente curricular obrigatório, permitindo a indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão.

Neste aspecto, o Artigo 35 do Parecer Técnico nº 28/2018, aprovado pelo CNS, recomenda que a estrutura do Curso de Graduação em Enfermagem deverá assegurar que a extensão seja componente do currículo, ampliando a “vivência e o aprendizado dos estudantes nos diversos cenários de prática, permitindo maior relação e comprometimento com a realidade social e fortalecimento da articulação entre educação e trabalho nos cenários do ensino-serviço-comunidade” (BRASIL, 2018, p. 31).

A Estratégia 12.7 da Meta 12 do PNE, aborda sobre os créditos curriculares para extensão universitária e recomenda que deve ser assegurado, “no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária”, sendo sua ação direcionada, principalmente, para as áreas de ampla relevância social (BRASIL, 2014, p. 11).

Curricularizar as atividades de extensão, durante a graduação, coloca o estudante como o ator principal de sua formação, deixando de “ser mero receptáculo de um conhecimento validado pelo professor para se tornar participante do processo” (UFRGS, 2012). Além disso, oportuniza vivenciar situações singulares que despertam o olhar crítico, trazem reflexão,

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

aprendizado e o desenvolvimento de habilidades que podem contribuir para a futura atuação profissional.

Para finalizar seu depoimento sobre a citada disciplina, a discente expressou:

[...] quantos brasileiros, quantas pessoas são surdas, que não tem como se comunicar e as vezes até deixam de procurar assistência, deixam de procurar o serviço de saúde, porque sabem que podem não ser atendidos, porque os profissionais não vão entender o que está acontecendo com eles [...]. (D9)

A depoente demonstra sua sensibilidade ao falar sobre a população surda, a qual, muitas vezes, deixa de procurar o serviço de saúde por achar que não vai ter a assistência qualificada que contemple suas múltiplas necessidades.

Em estudo qualitativo realizado com 26 estudantes surdos, com diagnóstico de surdez comprovada, de uma escola pública de Vitória da Conquista-Bahia, foi indagado, com o auxílio de um intérprete de Libras, quais os meios de comunicação que utilizavam para se comunicarem com os profissionais quando procuravam assistência nos serviços de saúde e todos os participantes responderam que era por meio da escrita (PIRES; ALMEIDA, 2016).

Para o profissional ou equipe de saúde, torna-se mais fácil a identificação das necessidades da pessoa surda quando está apresentando sinais clínicos e sintomas de doença/agravo. Todavia, quando buscam o serviço de saúde como forma de prevenção, sem apresentar sinais e sintomas de doenças, em que se faz necessário uma análise ou investigação global, incluindo anamnese, em que se precisa coletar os dados sobre a história do paciente, a equipe não se encontra preparada e a situação se complica (CARDOSO; RODRIGUES; BACHION, 2006).

Silva et al. (2015) salientam que muitas vezes os surdos vão para as consultas acompanhados dos pais, amigos ou parentes e a comunicação acontece por meio destes, que se tornam responsáveis em repassar, para o profissional de saúde, o motivo pelo qual a pessoa surda está buscando o serviço de saúde. Neste cenário, os profissionais enxergam a presença do acompanhante como algo positivo para o atendimento e, muitas vezes, alguns até fazem uso da comunicação não verbal (gestos, mímicas, desenhos, expressões faciais, entre outras) para tentar entender a necessidade da pessoa surda.

Todavia, o estudo de Pires e Almeida (2016), evidencia que os surdos sentem insegurança e indignação quando comparecem a consulta, seja médica ou de enfermagem/outros profissionais de nível superior, acompanhados por conhecidos/parentes e os profissionais direcionam as perguntas a estes, proporcionando para a pessoa surda um

entendimento de que estão ignorando a presença dela, o que pode prejudicar a interação entre o profissional e a verdadeira pessoa que necessita do atendimento/cuidado/atenção.

Outras pesquisas, realizadas com este público, demonstram que a presença do acompanhante, que se torna responsável pela comunicação com os profissionais, retira a individualidade e expõe o paciente, causando angústia e descontentamento em procurar o serviço de saúde por não poderem expressar completamente o que sentem, por não sentir que há um sigilo ou privacidade com a equipe multiprofissional. Reiteram a necessidade de que todos os profissionais de saúde sejam capacitados/treinados para ofertar uma assistência humanizada a pessoa surda (SANTOS; SHIRATORI, 2004; GOMES et al., 2009).

Pires e Almeida (2016), sinalizam, ainda, que os surdos quando não compreendidos pelos profissionais nos serviços de saúde sentem um misto de sentimentos tais como: tristeza, raiva e decepção. Os autores enfatizam, com base nas falas dos participantes, que estes sentimentos não estão apenas relacionados a barreira comunicacional, mas também estão associados ao desinteresse do profissional com o próprio paciente surdo, fazendo com que se sintam discriminados.

Além disso, mesmo quando acompanhados, nas consultas médicas ou de enfermagem, as pessoas surdas saem com muitas dúvidas, pois suas verdadeiras queixas não foram consideradas devido a atenção, daquele determinado profissional, estar direcionada para o acompanhante (PIRES; ALMEIDA, 2016).

Esta realidade aponta para a necessidade urgente das universidades/cursos inserirem, em seus PPC/currículos, a disciplina de Libras durante a graduação. Ademais, sugere-se, para os profissionais que já concluíram a graduação, que haja a/o procura/interesse por cursos de capacitação em Libras, que possam provocar as instituições empregadoras a ofertarem este treinamento, objetivando minimizar os transtornos causados a população surda pela falta de conhecimento e, com isso, proporcionarem uma assistência concretamente holística, integral e equânime.

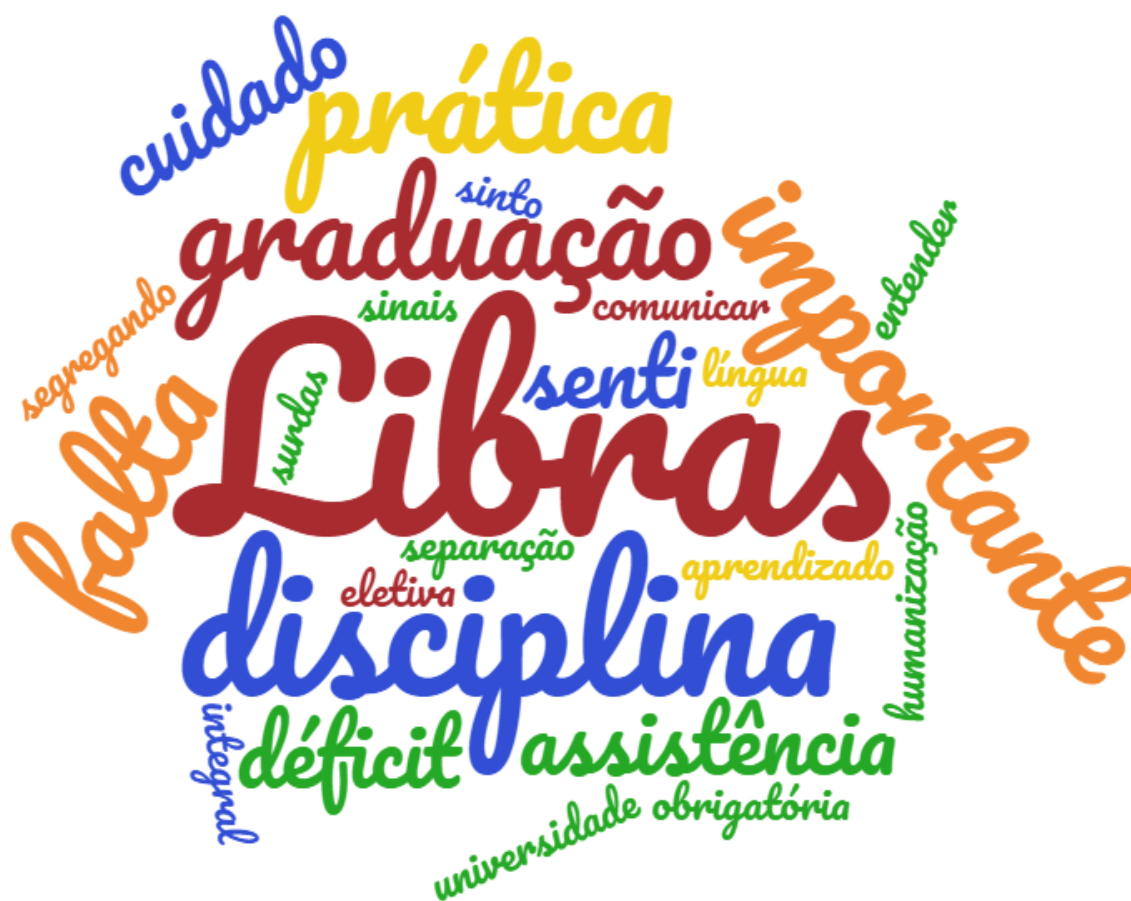
Diante de toda a discussão, com base nas falas da participante, selecionou-se algumas nas quais foram observadas a sua compreensão acerca da inclusão da Libras como disciplina no currículo do Curso de Graduação em Enfermagem. Potanto, considerou-se a conversão dessas falas em uma figura e foi montada uma “nuvem de palavras”, por meio do programa *Word Clouds* (Figura 1).

A nuvem é uma imagem gerada com palavras hierarquizadas, sendo diferenciadas automaticamente pelo seu tamanho e variedade de fontes e cores. Assim, o tamanho da palavra

é determinado pela quantidade de vezes que ela é inserida em uma *Word Clouds*, ou seja, quanto mais vezes uma palavra for inserida, maior será a sua proporção dentro da imagem.

Na figura 1, será possível notar as palavras mais mencionadas pela participante, quanto às interpretações, os sentimentos e as emoções acerca do ensino e inclusão da Libras como disciplina no seu Curso de Graduação em Enfermagem.

Figura 1 – Nuvem de palavras: interpretações acerca da inclusão da Libras como disciplina no curso de graduação em enfermagem. Maceió, Alagoas, 2017.



Fonte: Primeira autora. Dados da pesquisa, 2017.

Nesta nuvem de palavras, surgiram 24 (vinte e quatro) palavras, com evidência para: Libras, disciplina, importante, graduação, prática e falta. Cada palavra possui um contexto próprio, porém é possível dizer que existe uma conexão entre elas. As palavras que se destacaram foram: “Libras”, aparecendo seis vezes, determinando o maior tamanho, “disciplina”, apresentando-se por quatro vezes e a palavra “falta” por três vezes. Foram colocadas pela participante para indicar a ausência da disciplina obrigatória de Libras e com o intuito de sugerir a sua inclusão no Curso de Graduação em Enfermagem.

A palavra “importante” surgiu três vezes e foi expressada para demonstrar a opinião da discente acerca da relevância do ensino de Libras para a futura atuação profissional. O termo “graduação” se apresenta por três vezes e traz consigo a necessidade do aprendizado da Libras neste nível de ensino. A palavra “prática” é expressada por três vezes com sentidos diferentes: como uma observação referente a não oferta concreta da disciplina eletiva de Libras; como a expressão de uma opinião acerca da ausência do ensino de Libras, implicando numa assistência segregativa; e, por fim, como uma manifestação de uma vivência em que enxergou a real necessidade do ensino de Libras para o atendimento integral às pessoas surdas, configurando uma aprendizagem significativa.

Diante de todas as colocações postas pela discente, é possível suscitar uma reflexão acerca da necessidade de inserir, nos PPC, disciplinas/conteúdos/práticas que contemplem a inclusão social, com foco nas pessoas surdas. Contudo, despertam, ainda, o olhar para outras necessidades que devem ser consideradas nos currículos dos cursos de graduação, como a multi/interculturalidade, as ações afirmativas, para que os PPC também abordem as políticas públicas pensadas e elaboradas para populações com necessidades específicas, como para pessoas negras, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT), pessoas com outras deficiências, pessoas do campo e da floresta, entre outras (SOBRAL, 2018).

A inserção desses conteúdos pode contribuir com melhorias nos currículos dos cursos, especialmente do curso estudado, visto que durante a graduação o estudante deve ter um processo de ensino-aprendizagem que considere os princípios do SUS, as diretrizes do PNE, as recomendações das DCN e a diversidade sociocultural da população brasileira, para que assim o profissional formado tenha a qualificação necessária para ofertar um cuidado integral e equânime em todo o território brasileiro.

Salienta-se que as DCN dos Cursos de Graduação em Saúde recomendam que os PPC sejam elaborados conjuntamente, oportunizando a “participação ativa de representações de trabalhadores, discentes, usuários e gestores municipais/estaduais do SUS” (BRASIL, 2017, p. 5). Com isso, constata-se que os depoimentos da participante deste estudo devem ser considerados, pois trazem ricas contribuições para a construção dos PPC dos cursos de enfermagem, especialmente para a (re) adequação do PPC do seu curso de graduação.

A inclusão dessas temáticas vai além da inserção nos PPC, trata-se de discutir as diversas políticas públicas em sala de aula, coletivamente, com estudantes que se veem ou fazem parte de um desses grupos, considerando que o PNE vigente tem como uma de suas estratégias “ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei”

(BRASIL, 2014, p. 11). Outro aspecto a ser considerado é que os estudantes podem se deparar com esses grupos específicos durante as atividades práticas no decorrer do curso ou enquanto enfermeiros e saberão como prestar uma assistência qualificada (SOBRAL, 2018).

Nesta perspectiva, pensa-se que inserir essas novas realidades e necessidades da população no ambiente universitário é considerar que “[...] a sala de aula libertadora é exigente, e não permissiva. Exige que você pense sobre as questões, escreva sobre elas, discuta-as seriamente” (SHOR; FREIRE, 1986, p. 22).

Considerando que a percepção de um único estudante foi analisada, é importante dizer que tal fato evidenciou a riqueza deste estudo em ter o potencial de despertar a reflexão sobre o impacto do ensino da Libras na formação dos profissionais de saúde/enfermeiros e sua relação com o que ocorre na sociedade em geral, o que permite questionar: O que os estudantes de outros cursos, da área da saúde e/ou de outras áreas, pensam acerca da inclusão do ensino da Libras na sua graduação? Qual a compreensão dos profissionais atuantes nos serviços sobre o aprendizado da Libras? Qual a percepção da população surda sobre a inclusão do ensino da Libras e sobre a situação comunicacional com os outros (profissionais dos serviços, professores, estudantes e outros)? Tais questionamentos podem suscitar debates e promover a elaboração de novos estudos na busca de respostas e soluções a fim de ampliar o acesso ao ensino, a comunicação efetiva e ao atendimento nos serviços de saúde.

As limitações do estudo se concentram em não contemplar outros olhares, dos demais atores envolvidos no processo educativo dentro das IES (professores, coordenadores, entre outros) e dos serviços de saúde (equipe multiprofissional, gestores e usuários).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em uma Educação que seja inclusiva, é possibilitar o acesso a disciplinas que contemplem a inclusão social desde o ensino básico até o ensino superior, é oportunizar aos estudantes meios para que construam um novo conhecimento e possam, por meio deste, contribuir para minimizar as desigualdades sociais, e, na saúde, a busca pela integralidade do cuidado e humanização no atendimento.

O déficit identificado no presente estudo foi referente a inclusão da disciplina de Libras no Curso de Graduação em Enfermagem estudado. Foram expressadas opiniões quanto a sua ausência na grade curricular, inclusive com ponderações quanto a divulgação da disciplina como eletiva, porém a sua não oferta.

O desejo de aprender a Libras foi enfático na fala da discente, levando a compreender a importância da inserção dessa temática nos PPC, considerando as novas realidades (sejam sociais, sanitárias, educacionais e comunicacionais) e objetivando melhorar o processo de ensino-aprendizagem para um atendimento qualificado durante as atividades práticas na graduação e no exercício profissional, bem como ampliar o acesso para essas pessoas nos serviços de saúde.

Assim, notou-se a importância e necessidade urgente do ensino da Libras no curso de graduação em enfermagem, corroborando com a formação de profissionais enfermeiros preparados para lidar em seu cotidiano/processo de trabalho com as populações que apresentam necessidades específicas, prestando uma assistência inclusiva, integral e humanizada.

Ainda que os resultados obtidos tenham surgido de um Curso de Graduação em Enfermagem de uma IES pública, sendo em um contexto particular com as suas especificidades, pode-se sugerir proposições de caráter global que podem contribuir com a formação de enfermeiros em qualquer cenário/contexto de atuação, tais como: reavaliação da proposta do PPC, com a inclusão da disciplina de Libras como obrigatória, sendo considerado o olhar dos envolvidos no processo educacional (professor, estudante, usuário, profissional do serviço); e, tendo a universidade um compromisso de desempenhar um papel social, sugere-se o planejamento de estratégias objetivando capacitar aos profissionais formados dos diferentes serviços para atender integralmente a pessoa surda.

REFERÊNCIAS

AMORIM, E.G.; MEDEIROS NETA, O.M.; GUIMARÃES, J. A deficiência em foco nos currículos de graduação da UFRN: uma abordagem histórica (1960-2015). **HOLOS**, [S.l.], v. 2, p. 231-248, abr. 2016. Disponível em:

<<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4000/1445>>. Acesso em: 04 ago. 2019.

ARAGÃO, J.S. et al. Um estudo da validade de conteúdo de sinais, sintomas e doenças/agravos em saúde expressos em LIBRAS. **Rev. Latino-Am. Enfermagem.**, v. 23, n. 6, p. 1014-1023, nov./dez. 2015. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v23n6/pt_0104-1169-rlae-23-06-01014.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional De Saúde. Aprova Princípios Gerais para as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação da Área da Saúde. Resolução n. 569, de 08 de dezembro de 2017. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 fev. 2018. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2017/Reso569.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2019.

_____. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Resolução n. 3, de 7 de novembro de 2001. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 nov. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES03.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2019.

_____. Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 01 ago. 2019.

_____. Conselho Nacional de Saúde. Aprova Parecer Técnico nº 28/2018 contendo recomendações do Conselho Nacional de Saúde (CNS) à proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de graduação Bacharelado em Enfermagem, conforme anexo.. Resolução n. 573, de 31 de janeiro de 2018. **Diário Oficial de União**, 06 nov. 2018. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_18.htm>. Acesso em: 01 ago. 2019.

_____. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial de União**, Brasília: Ministério da Justiça, 23 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 04 ago. 2019

_____. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.. **Diário Oficial de União**, 13 jun. 2013. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/reso466.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

BRITO, L.M.; LAVAREDA, W.D.C. O enfermeiro e os desafios da inclusão: outros “entrelugares” da formação e da prática profissional. **Com. Ciências Saúde**, [S.l.], v. 26, n. 01/02, abr. 2018. Disponível em: <<http://www.escs.edu.br/revistaccs/index.php/comunicacaoemcienciasdasaude/article/view/185>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

CARDOSO, A.H.; RODRIGUES, K.G.; BACHION, M.M. Perception of persons with severe or profound deafness about the communication process during health care. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 4, p. 553-560, aug. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692006000400013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 ago. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, 2019. Disponível: <<http://memoria.cnpq.br/pibic>>. Acesso em: 04 ago. 2019, 22:46:40.

DANTAS, T.R.A. et al. Comunicação entre a equipe de enfermagem e pessoas com deficiência auditiva. **Rev. Enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 169-174, mar./abr. 2014. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v22n2/v22n2a04.pdf>>. Acesso em: Acesso em: 04 ago. 2019.

FERRO, C.C.; SANTOS, C.M.; CAMPOS, L.P.F. Desafios da equipe de enfermagem no atendimento humanizado ao paciente surdo. **Biológicas & Saúde**, [S.l.], v. 8, n. 27, nov. 2018. Disponível em:

<https://www.seer.perspectivasonline.com.br/index.php/biologicas_e_saude/article/view/1443>. Acesso em: 03 ago. 2019.

GIL DE FRANÇA, E. et al. Dificuldades de profissionais na atenção à saúde da pessoa com surdez severa. **Cienc. Enferm.**, Concepción, v. 22, n. 3, p. 107-116, set. 2016. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-95532016000300107&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 03 de ago. 2019.

GOMES, V. et al. Vivência do enfermeiro ao cuidar surdos e/ou portadores de deficiência auditiva. **Enferm. Glob.**, [S.l.], v. 1, n. 17, p. 20-30, 2009. Disponível em: <http://scielo.isciii.es/pdf/eg/n17/pt_17c01.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2019.

LIMA, V.V. et al. Ativadores de processos de mudança: uma proposta orientada à transformação das práticas educacionais e da formação de profissionais de saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 279-288, jan. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232015000100279&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 3 de ago. 2019.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004. 185 p.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed., São Paulo: Hucitec, 2014. 407 p.

MOREIRA, M. A. Linguagem e Aprendizagem Significativa. Instituto de Física da UFRGS. In: CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO DO IV ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA, 2., 2003, Maragogi. Disponível em: <<https://www.if.ufrgs.br/~moreira/linguagem.pdf>>. Acesso em: 08 de ago. 2019.

OLIVEIRA, H.R.; LOPES, K.S.; PINTO, N.M.M. Percepção da Equipe de Enfermagem acerca da assistência prestada ao Deficiente Auditivo. **Rev. Enf. Integrada**, Ipatinga, v. 2, n. 1, p. 165-75, jul./ago. 2009. Disponível em: <https://www.unileste.edu.br/enfermagemintegrada/artigo/v2/Herina_oliveira_Keylla_lopes_e_Neila_pinto.pdf>. Acesso em: 03 de ago. 2019.

PIRES, H.F.; ALMEIDA, M.A.P.T. A percepção do surdo sobre o atendimento nos serviços de saúde. **Revista Enfermagem Contemporânea**, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 68-77, jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/912>>. Acesso em: 04 ago. 2019.

RAMOS, T.S.; ALMEIDA, M.A.P.T. A Importância do ensino de Libras: Relevância para Profissionais de Saúde. **Id on Line Rev. Psic.**, [S.l.], v. 10, n. 33, p. 116-126, jan. 2017. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/606/0>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

SANTOS, E.M.; SHIRATORI, K. As necessidades de saúde no mundo do silêncio: um diálogo com os surdos. **Rev. Eletr. Enf.**, [S.l.], v. 06, n. 01, p. 68-76, 2004. Disponível em: <https://www.fen.ufg.br/revista/revista6_1/pdf/f7_surdos.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2019

SHOR, I.; FREIRE, P. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SILVA, R.N.A. et al. Assistência ao Surdo na Atenção Primária: concepções de profissionais. **J Manag Prim Heal Care**, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 189-204, 2015. Disponível em: <<http://www.jmphc.com.br/jmphc/article/view/266>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

SOARES, M.; SEVERINO, A.J. A prática da pesquisa no ensino superior: conhecimento pertencente na formação humana. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 23, n. 2, p. 372-390, out. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772018000200372&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 ago. 2019.

SOBRAL, J.P.C.P. **Formação para atuar na atenção básica**: percepção de discentes de enfermagem. 2018. 136 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem e Farmácia, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3776>>. Acesso em: 03 ago. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL). Escola de Enfermagem e Farmácia. **Projeto Político Pedagógico**, Colegiado do Curso de Enfermagem. 2007, p. 01-74. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/esenfar/graduacao/enfermagem/documentos/ppc-enfermagem.pdf/view>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). **Política Nacional de Extensão Universitária**, elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, 2012. 74 p. Disponível: <https://www.ufrgs.br/prorext/wp-content/uploads/2015/10/PNE_07.11.2012.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2019, 22:40:10.